



## Comunicação e Educação: caminhos e percalços<sup>1</sup>

Esther Ramos RADAELLI<sup>2</sup>

Maíra Mendonça CABRAL<sup>3</sup>

Rafael Paes HENRIQUES<sup>4</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

### RESUMO

As interfaces entre Comunicação e Educação são amplas e debatidas há anos. Entre as possibilidades possíveis de atuação está a Educação para os Meios, que se encontra dentro de um conceito maior denominado Educomunicação. Diante do alcance da mídia e do complexo lugar em que ela se localiza diante da organização social atual, pensar essas duas áreas em diálogo oferece um interessante campo de estudo e de ação. Este artigo vai explanar o caminho percorrido pela junção desses campos – com ênfase na Educação para os Meios – e o que existe de forma concreta na inserção dos meios de comunicação em ambientes educacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educomunicação; Comunicação e Educação; Educação para os meios.

### INTRODUÇÃO

Falar nos meios de comunicação tem como pressuposto a circulação pública de formas simbólicas, isto é, a capacidade da mídia de construir fatos a partir da enunciação, de fazer com que os interlocutores enxerguem, acreditem, transformem ou confirmem suas visões de mundo e, com isso, suas formas de agir sobre o próprio mundo (BOURDIEU, 2000). A relação entre mídia - compreendida como o conjunto de instituições dotadas de tecnologias específicas para a realização do processo de comunicação entre os seres humanos (LIMA, 2006) - e poder torna-se mais evidente à medida que os meios de comunicação de massa se consolidam como espaços legítimos de obtenção de informação na sociedade moderna, constituindo-se como importantes elementos para a formação do senso comum (BOURDIEU, 2000).

Porém, como lembra Heloísa Penteadó (1991), a extensão da influência dos meios de comunicação não se dá somente pelo que é dito, mas fundamentalmente pelo que não é

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Recém-graduada em Comunicação Social, Jornalismo, pela Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: esther.radaelli@gmail.com.

<sup>3</sup> Recém-graduada em Comunicação Social, Jornalismo, pela Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: mairacabrall@hotmail.com.

<sup>4</sup> Orientador do trabalho. Professor Doutor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: rafaelpaesh@gmail.com.



dito. Como forma de manutenção de seu próprio poder, esses meios deixam de levantar questões essenciais, reforçando estereótipos e mantendo o *status quo*. Compreender tais paradoxos requer enxergar a mídia não de forma isolada, mas sim como parte estruturante do emaranhado de fios que, perpassando também os campos político e cultural, dão origem e sustentação a um complexo tecido social.

Analisando-se especificamente o cenário brasileiro é possível perceber que ele constitui-se por uma mídia centralizada no poder de poucos grupos e poucas empresas e, ainda, com uma formação essencialmente a base de monopólios e oligopólios, com uma regulamentação frágil no que se refere a políticas públicas sobre comunicação. Como lembra Lima (2006), historicamente o setor da mídia tem uma regulação que incentiva o desenvolvimento da radiodifusão privada e comercial. Lima (2006, p. 60) lembra ainda que “o setor permanece regido por um código do início da década de 1960 (Lei nº 4.117 de 27/08/1962), totalmente desatualizado.

Justamente em função da influência que os veículos de comunicação exercem sobre a construção das referências e representações do real na sociedade, e da premissa de que a comunicação é um direito humano fundamental, surge a necessidade de uma discussão sobre o modo como o processo comunicacional é construído. Sendo assim, compreendendo a escola como um ambiente privilegiado na formação do indivíduo enquanto cidadão e ser social, vê-se nela um lugar propício para a efetivação da proposta de Educação para os Meios.

A relação entre comunicação e educação se faz necessária diante de uma realidade que tem se transformado rápida e profundamente, obrigando o educador a, não só acompanhar de perto a implantação das tecnologias de comunicação nas escolas, mas de entender esse processo em toda sua dimensão que penetra vários campos de poder: político, econômico e social (KUNSCH, 1986, p.100).

Acreditando na necessidade de se discutir os conteúdos midiáticos junto a adolescentes - em pleno processo de formação - e no potencial transformador da escola, o grupo de pesquisa e ação Observatório da Mídia: *direitos humanos, políticas, sistemas e transparência*, da Ufes, elaborou, em 2013, um projeto de extensão piloto de Educação para os Meios em escolas. O projeto, realizado com turmas do sétimo e oitavo ano do Ensino Fundamental da E.M.E.F. Escola Experimental, localizada no campus da Ufes, foi intitulado “Comunicatê”. Desta iniciativa surgiu a possibilidade de realização de um Trabalho de Conclusão de Curso - do qual este artigo origina-se -, que aliasse pesquisas



bibliográficas relacionadas ao tema à experiência prática. Neste artigo, buscou-se focar na definição do conceito de Educação para os Meios e em seus desdobramentos, além da análise de experiências em nível mundial em torno do tema, que dão sustentação às possibilidades concretas de inter-relação entre Comunicação e Educação.

## **EDUCOMUNICAÇÃO: DA ANÁLISE CRÍTICA AO USO CRIATIVO DOS MEIOS**

Segundo Messias (2011), na América Latina, o cruzamento de práticas da Comunicação Social e da Educação surge a partir da metade do século XX, coincidindo com um movimento político e intelectual que visava a distinguir o continente por sua identidade artística e cultural. Gómez (1994) completa este raciocínio quando afirma que já na década de 1970 os modelos norte-americanos de análise da comunicação começam a perder vigor na América Latina, cujos teóricos passavam a se preocupar mais com a dependência cultural e os mecanismos de dominação que irrompiam sobre a cultura genuinamente latino-americana.

Dentro desse contexto, surgem, a partir de 1970, em oposição às ideologias desenvolvimentistas, concepções de um modelo de comunicação que representasse as diferenças. Tais ideais foram alicerçados por intelectuais de países da América Latina – a exemplo de Paulo Freire – cujo ideal histórico, marca do pensamento acadêmico do continente, é a busca pelo resgate da função social da comunicação numa perspectiva de fortalecimento da cidadania, da democracia e da liberdade de expressão. Muitas das primeiras iniciativas no campo da educação para a recepção crítica dos meios foram amparadas por movimentos cristãos e educadores católicos, que assumiram a educação para os meios como uma de suas metas (GÓMEZ, 1994). Desde então, conforme afirma Soares (1995), a Educação para os Meios passou a ser um campo de trabalho experimental para Organizações Não Governamentais (ONGs) no contexto do movimento denominado “educação popular”, “comunicação alternativa”, e “comunicação popular e alternativa”.

De acordo com Soares (2011), o termo Educomunicação começa a ser referendado por muitos gestores educacionais e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) a partir dos anos 1980, embora servisse apenas para designar o mesmo tipo de práticas difundidas na Europa, conhecidas como *Media Education*. Com o desenvolvimento de metodologias e de abordagens próprias para a



prática da Educação para os Meios ao longo da década de 1990, núcleos de extensão de universidades e Organizações Não Governamentais passaram a compreender que o exercício de produção da comunicação, de forma participativa e democrática, apresentava-se como um diferencial diante das experiências internacionais, voltadas exclusivamente para práticas de leitura crítica dos meios. Dessa forma, o termo Educomunicação passou a ser utilizado para assinalar este diferencial. (SOARES, 2011). Um dos maiores difusores do termo foi o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), que, a partir de 1999, passou a utilizá-lo de forma corrente em suas publicações.

É preciso ressaltar, que o conceito de Educomunicação, como alerta Soares (2000), vai além da modernização de práticas de ensino, da incorporação de novos equipamentos tecnológicos e da adequação das mensagens da escola aos meios de comunicação. Trata-se de uma concepção de ensino que prima pela participação e pela socialização entre educadores e educandos, na busca pela construção de um saber de ação e de reflexão. Para Soares (2011), a Educomunicação não se caracteriza como uma ação isolada. Ela é essencialmente práxis social, dando origem a um paradigma orientador da gestão de ações em sociedade e apresentando-se, por isso mesmo, como um potencial caminho para a renovação das práticas sociais, a fim de ampliar as condições de expressão de todos, em especial de crianças e jovens. Por isso, deve estar também inserida no plano pedagógico das escolas, envolvendo professores, alunos e a comunidade em torno das instituições. Sendo assim, é fornecer aos jovens uma educação que faça sentido para eles e que os envolva no fazer educativo, estimulando uma adequada formação para o seu relacionamento (formas de recepção, interpretação e resposta) com os conteúdos que lhes são transmitidos pelos meios de comunicação (SOARES, 2011).

Nesse contexto, a questão da relação entre o ensino, a juventude e o mundo da comunicação encontra-se no centro deste processo formativo, por natureza transformador, bem como no centro dos sonhos dele decorrentes, entre os quais o pleno acesso das novas gerações ao mundo da comunicação e de suas tecnologias, colocado a serviço do bem comum e da prática da cidadania (SOARES, 2011, p. 15).

Segundo Soares (2011) todas as formas de relacionamento com regras determinadas e rigorosamente seguidas dão origem a um tipo específico de ecossistema comunicativo. Nesse sentido, a Educomunicação, encarada com uma maneira própria de



relacionamento, é responsável por fazer com que as normas que regem o cotidiano das instituições tenham como premissa a busca pelo diálogo como método de ensino, aprendizagem e convívio. Trata-se, portanto, de um projeto educativo que tem como ponto chave o interesse pela qualidade de relacionamentos, aliada a busca por resultados "estabelecidos a partir de uma proposta comunicativa negociada no âmbito da comunidade educativa" (SOARES, 2011, p.45).

Nesse contexto, emerge também a figura do Educomunicador, visto como um profissional articulador, que ocupa um papel de liderança no processo de convergência entre as ciências da Comunicação e da Educação. Para Jacquinot (1998), o Educomunicador não é um professor encarregado de ensinar educação para os meios, ele é algo muito maior, o professor do século XXI, que integra a diversidade de meio existente em suas práticas pedagógicas. Em um momento em que um dos desafios educacionais é conseguir equilibrar os modos tradicionais com as necessidades de apropriação desse novo mundo, o Educomunicador possui papel fundamental. Jacquinot afirma que essa apropriação de conhecimento e da cultura da mídia precisa existir para que a educação se coloque como promotora, ao mesmo tempo, do espírito crítico do cidadão e da capacidade de análise do educando.

Assim, o Educomunicador é alguém que é consciente que uma educação “de massa” e “multicultural” está além dos conhecimentos adquiridos na escola; que não desvaloriza a cultura midiática, mas se apropria dela; que percebe a riqueza dos meios pelo discernimento de escolher os conteúdos mais relevantes, assim como em seu poder de representação de mundo, que cria essa necessidade de analisar e comparar o que está lá com o que está no mundo; que está ciente de que uma emissão não é um ato “passivo”, mas que mobiliza “micro-saberes” acumulados, que o professor pode ajudar o aluno a colocar em relação, para que se construa conhecimento e que se dê sentido ao mundo; que sabe que ele introduz os meios como objeto de estudo para ensinar aos alunos a entenderem os discursos e os campos de poder e não para tornar os estudantes profissionais da comunicação (JACQUINHOT, 1998).

Numa palavra, o educador reconhece que não há mais monopólio da transmissão de conhecimento, e que não é só o professor que tem o direito da palavra. Os professores que introduziram os meios na escola, a imprensa, a televisão, puderam perceber que isso provoca mudanças profundas nos objetivos e nos métodos de ensino (JACQUINOT, 1998, p.11).



Schaun (2001) oferece alguns apontamentos que podem sugerir uma maneira de levar essa questão. A autora lembra o *I Fórum Nacional sobre Mídia e Educação — Perspectivas para a qualidade da Informação* — promovido em São Paulo, em novembro de 1999, pelo Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação, a Unesco, o Instituto Ayrton Senna e a Agência Nacional de Direitos da Infância — ANDI. Nesse evento, algumas questões importantes foram ressaltadas e dão um norte de como poderia ser feito esse processo de formação dos Educomunicadores. Um desses pontos discorre sobre a flexibilização dos currículos de Comunicação, para que tenham conhecimentos e práticas da área educacional; além disso, o incentivo à formação permanente dos profissionais de Comunicação e Educação através de ação nas universidades. Sugere-se ainda que os cursos de Comunicação e Educação criem um currículo básico, em conjunto, a ser ministrado no final de cada ano, para os formandos das duas áreas, com informações sobre a inter-relação entre Mídia e Educação. Schaun reforça que, o fato de essas questões terem sido aceitas, aponta para uma transformação do âmbito do currículo, que exige também um esforço das universidades de Comunicação e Educação para acolher esse novo profissional (SCHAUN, 2001).

No entanto, a formação em Educomunicação em nível superior no Brasil é recente e está disponível apenas em dois estados: na Universidade de São Paulo (USP), que oferece o curso de Licenciatura em Educomunicação desde 2011 e o Mestrado em Ciências Sociais da Comunicação, da Escola de Comunicação e Artes (ECA); e na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que implantou o Bacharelado em Educomunicação em 2010. Além destes, existem somente os cursos de formação oferecidos por Organizações Não Governamentais (ANJOS, SOUSA e DANTAS, 2012).

### **EDUCAÇÃO PARA OS MEIOS: UMA DAS FACES DA EDUCOMUNICAÇÃO**

Explicitada toda a amplitude que o conceito de Educomunicação suporta, este tópico será para compreender a vertente dentro dessa relação entre Comunicação e Educação a qual este trabalho oferece mais ênfase a Educação para os Meios, linha que também possui outras denominações, tais como: alfabetização midiática, educação midiática, *educación a los medios*, *media literacy*, *media education*, *information literacy*.

Importante frisar que existe uma preocupação cada vez maior com relação ao tema, que se explica pela potencialização do desenvolvimento da mídia e pela maneira como a



sociedade se configura na atualidade. Em decorrência dessa preocupação, Terrero (2011) lembra que para satisfazer esta necessidade, nos últimos trinta anos, têm aparecido uma grande variedade de enfoques teóricos, com objetivos e metodologias específicos. O autor resgata que, em princípio, a principal preocupação era defender a audiência do poder dos meios, que se supunham onipresentes. Lopes (2011) reforça que no início da concepção da linha de Educação para os Meios, o pensamento tinha força mais na denúncia do que na pedagogia, pois foi herdeira dos estudos críticos da década de 1970 – desenvolvidos, principalmente, pela Escola de Frankfurt.

Mas, no decorrer de 1980, a Educação para os Meios mudou o seu foco para experiências educativas com receptores, através de várias instituições sociais, tais como família, escola, bairro. Como define Fígaro (2011, p.91): “Estudos de recepção propõem uma abordagem diferenciada dos meios de comunicação, vendo-os como processo de interação social”. Dessa forma, vê-se essa relação que existe entre os meios de comunicação e os seres humanos de maneira complexa, saindo de posições maniqueístas entre “pessoas alienadas” e “mídia manipuladora”. Assim, pensa-se em fazer crítica como uma forma de desnaturalizar, desconstruir e tornar conhecido uma série de discursos e códigos que circundam a realidade midiática.

[...] A experiência: essa é a maior qualificação que se pode ter para estar antenado ou apto à leitura dos diferentes discursos que são construídos, as distintas formas, maneiras, de se editar a realidade. Sem pensar a comunicação como processo de inter-relação, não se pode entender o que se passa na atualidade; principalmente, devido à velocidade com que chegam todos os símbolos que circulam na sociedade, para atuar e/ou transformar a realidade (FÍGARO, 2011, p.94).

Para Merowitz (2011), muito mais do que simplesmente estar atualizado sobre as notícias, deve existir o entendimento de como elas são construídas, envolvendo os fatores políticos, econômicos e institucionais limitadores que podem fazer certas formas de notícias terem maior domínio sobre outras. Neste processo, ele salienta a importância de conhecer a gramática da mídia, que deverá conter desde esse entendimento dos elementos, até a compreensão dos tipos de meios de comunicação e de seu lugar dentro da sociedade.

## **OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA OS MEIOS**

Bévort e Belloni (2009) estabelecem algumas barreiras que, de forma geral, são responsáveis por dificultar a consolidação da Educação para os Meios como um novo



campo teórico-prático. Entre eles estão a pouca importância quanto à formação inicial e continuada de profissionais da educação; a ausência de preocupação com a formação das novas gerações para o uso crítico e consciente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); confusões conceituais, práticas inadequadas e utilização de “receitas prontas” nas salas de aula; a integração de caráter apenas instrumental das TICs às escolas, sem que haja uma reflexão em torno das mensagens e dos contextos de produção e, por fim, a indefinição de políticas públicas e a consequente insuficiência de recursos para ações e pesquisas. É sobre este último ponto que vai tratar especificamente neste tópico.

Siqueira e Canela (2012) sintetizam as habilidades de *literacia midiática* em três capacidades básicas: saber acessar mensagens, saber avaliar o seu conteúdo e saber produzir conteúdos em diferentes plataformas utilizando diversos tipos de linguagem. Para eles, a presença das relações de poder na produção de conteúdos da comunicação midiática é um dos principais aspectos que levam à necessidade da difusão de práticas relativas à Educação para os Meios. Uma das principais formas de promover tais práticas é o estabelecimento de políticas de regulação, conforme as regras de um Estado democrático de direito:

Políticas desse tipo objetivam criar mecanismos de regulação independentes do governo ou de pressões corporativas, fomentar o desenvolvimento de sistema de mídia públicos, comerciais e comunitários, e conferir aos usuários poderes para fazer o uso crítico e autônomo dos meios de comunicação, bem como exercer a defesa qualificada da liberdade de expressão como elemento central para o desenvolvimento de democracias. Este último aspecto – o do “empoderamento do público” – compõe a base das ações de educação para mídia (SIQUEIRA e CANELA, 2012, p. 14).

Colocar tal proposta em prática exige o envolvimento das esferas públicas federal, estatal e local, além da colaboração da esfera privada e da sociedade civil organizada a fim de, entre outras medidas, baratear os equipamentos; prover redes e outros serviços de acesso com custos compatíveis à renda per capita dos diversos segmentos da população; promover a educação para operar sistemas tecnológicos; criar mecanismos de proteção de grupos vulneráveis e criar mecanismos para a autorregulação (SIQUEIRA e CANELA, 2012).

Pode-se observar que a proposta de Siqueira e Canela não diz respeito somente à promoção da Educação para os Meios, mas também à regulação dos meios de



comunicação e à sua democratização de forma generalizada, contribuindo para a formação de um ecossistema midiático ancorado na liberdade de expressão, conforme prevê o Estado democrático.

Considerando as especificidades históricas, políticas e culturais do Brasil – que se desdobraram na criação de um sistema de radiodifusão concentrado nas mãos de poucos grupos - e as mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas, que forçam uma nova organização regulatória, Siqueira (2007) acredita ser conveniente pensar-se em um sistema nacional de políticas públicas voltadas para a Educação para os Meios. A autora sugere que tal promoção deve assentar-se em três princípios de ação: o levantamento constante de dados acerca do perfil de acesso, de uso e de compreensão que os brasileiros possuem sobre o papel e funcionamento do rádio, da TV e da Internet; a promoção de ações culturais e educativas dentro e fora do sistema formal de educação, a fim de melhorar o uso e a compreensão do funcionamento das mídias; a oferta de oportunidades de acesso às tecnologias, tanto para recepção quanto para produção de conteúdos (SIQUEIRA, 2007).

Agindo nessas três frentes, o governo não enfrenta diretamente a ira das elites detentoras dos canais [...] mas cria condições objetivas para melhorar a compreensão pública sobre as responsabilidades dos meios de comunicação eletrônicos. No médio prazo, pode-se criar uma base conceitual sólida para enfrentar publicamente a regulamentação republicana dos canais de TV e rádio (SIQUEIRA, 2007, p. 88).

O pensamento de Siqueira leva à percepção de que a promoção da Educação para os Meios através de políticas de incentivo, na medida em que estimula a conscientização dos cidadãos em relação ao papel político, econômico e cultural exercido socialmente pelos meios de comunicação, representa também uma possibilidade de ruptura com o histórico de concentração midiática que acompanha a trajetória do Brasil desde o século XX, democratizando o acesso aos meios e fomentando um comportamento protagonista por parte da população. Ainda assim, trata-se de um longo caminho a ser percorrido, visto que, como aponta Siqueira, é preciso, entre outras dificuldades, driblar as pressões impostas ao Estado pelas elites midiáticas, cujos interesses vão de encontro ao ideal emancipatório da Educação para os Meios.

## **EDUCAÇÃO PARA OS MEIOS: EXPERIÊNCIA CANADÁ E INGLATERRA**

De acordo com Bévort e Belloni (2009), a fase pioneira dos estudos relativos à



Educação para os Meios – sob a nomenclatura de *Media Education* e *Media Literacy* – ocorreu entre os anos de 1950 e 1960, na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, inicialmente debruçando-se sobre os aspectos políticos e ideológicos decorrentes da crescente importância adquirida pelos meios de comunicação na vida cotidiana da sociedade no que se referia, principalmente, a informações sobre atualidade e política. Com o tempo, outros aspectos midiáticos, como ficção e entretenimento, ao revelarem sua eficácia comunicacional, passaram a integrar tal preocupação. À medida que os meios evoluíram e se mundializaram, a publicidade comercial se expandiu e as tecnologias avançaram, os estudos foram adquirindo novos contornos, com ênfase na necessidade de uma leitura crítica dos meios de comunicação para a formação de crianças e adolescentes que crescem em contato com uma cultura midiática de massa. Os estudos e iniciativas promovidos por entidades reguladoras foram, aos poucos, abrindo um leque para se pensar na Educação para os Meios para além de uma abordagem estritamente negativa e protetora dos menores, que era o modo como se configuravam inicialmente (PINTO et al, 2011).

Entre as instituições mais relevantes e produtivas em nível teórico e prático no que se refere à inserção da Educação para os Meios ao ensino formal, destacam-se o *British Film Institute*, no Reino Unido, e a *Ontario Association for Media Literacy*, no Canadá – esta última, fundada em 1978, reclama ser a mais antiga associação do gênero (LOPES, 2011). Ambas as instituições foram responsáveis pela elaboração de propostas para o estudo e aplicação da Educação para os Meios com ênfase em uma abordagem pedagógico-didática, numa perspectiva de desenvolvimento curricular nesta área. Tais modelos tiveram eco e influenciaram iniciativas em todo o mundo (PINTO et al, 2011). A seguir demonstraremos um pouco o que essas propostas preveem.

O *Curriculum Statements*, publicado em 1989 e em 1991 pelo *British Film Institute* foi um modelo criado com base em duas décadas de trabalho de desenvolvimento curricular no Reino Unido, tendo sido aplicado, ainda que com adaptações, em muitos países (PINTO et al, 2011). Os eixos centrais a que ela se propõe a trabalhar para discutir Educação para os Meios são: 1) instituições, cuja questão central é “quem comunica e por quê?”, que se refere a aspectos como a natureza das empresas midiáticas, quadro econômico e social em que se inserem e os diferentes papéis no processo de produção de conteúdos; 2) Categorias, cuja questão central é “de que tipo de texto se trata?” que visa a discutir sobre a natureza dos diferentes meios de comunicação e suas



especificidades, formas e gêneros textuais, relação entre categorização e compreensão e análise comparativa dos meios em seu conjunto; 3) Tecnologias, cuja questão central é “como é produzido?”, ou seja, quais os tipos de tecnologia e sua influência na produção de significados e qual a relação entre tecnologias, capital e propriedade; 4) Linguagens, cuja questão central é “como sabemos o que significa?”, referente à análise de modos de produção de sentido, como o uso de cortes e *flash backs* para a construção da percepção de tempo, além dos diferentes códigos utilizados e as partes que compõem o texto, tais como organização sequencial e estrutura narrativa; 5) Representações, que gira em torno de “como é retratado um determinado assunto?”, que engloba a análise da relação entre os conteúdos midiáticos e a realidade social, o estudo de estereótipos e suas consequências, e de realidades pouco representadas ou abordadas; 6) Audiências, cuja questão fundamental é “quem recebe o texto e que tipo de significado lhe atribui?”, que inclui a análise de disparidades de acesso aos meios de comunicação, influências de consumo por parte dos meios, tipos de interações com os conteúdos e com os diferentes meios de comunicação e a relação entre o uso desses meios e as práticas sociais (PINTO et al, 2011).

Do Canadá advém a *Resource Guide for Media Literacy*, desenvolvida pela *Ontario Association for Media Literacy*, em 1989, que concebe a Educação para os Meios como o processo de compreensão e utilização dos meios de comunicação a fim de que os estudantes desenvolvam sua capacidade crítica diante deles. A proposta se organiza em torno de oito questões-chave: 1) todos os meios são uma construção, isto é, os meios de comunicação são o resultado de complexas decisões e fatores determinantes, apresentando versões da realidade. Sendo assim, o papel da Educação para os Meios seria desconstruir tais construções, mostrando como são feitas; 2) os meios constroem a realidade, referente à influência dos meios de comunicação sobre a percepção de mundo dos indivíduos; 3) a audiência interpreta o significado dos meios, isto é, de acordo com fatores individuais, o público negocia os sentidos apresentados pelos meios de comunicação, fazendo com que as mensagens sejam apropriadas de diferentes modos, dependendo dos vários contextos sociais, familiares e culturais das audiências; 4) os meios têm interesses comerciais, que enfatizam o modo como a busca pelo lucro por parte das empresas de comunicação pode influenciar na elaboração e na abordagem dos conteúdos midiáticos, sendo, portanto, finalidade da Educação para os Meios desvelar tais relações, discutindo, por exemplo, questões como a propriedade e o controle dos



veículos de comunicação; 5) os meios contêm mensagens de valor ideológico e de valores, que se refere à proclamação de valores e estilos de vida por parte dos meios de comunicação, que transmitem a todo momento mensagens ideológicas sobre questões como qualidade de vida, consumismo, o papel social de homens e mulheres, o patriotismo, etc.; 6) os meios têm implicações sociais e políticas, que culminam na grande influência política exercida pelos meios de comunicação, ajudando a definir, inclusive, líderes de governo, e pautando o cotidiano da população em diferentes aspectos da vida social; 7) a forma e o conteúdo estão intimamente relacionados, ou seja, as características das mensagens são condicionadas pela natureza dos meios de comunicação em que são veiculadas, e 8) cada meio possui uma forma estética única, fato que se relaciona diretamente com a questão levantada pelo conceito de número 7 (PINTO et al, 2011).

## **CONCLUSÃO**

Guareschi e Biz (2005, p.13) citam Hebert de Souza, Betinho, quando ele diz “o termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação”. Isso parece bem coerente e latente de ser refletido considerando o modo como o mundo se configura hoje. Em uma sociedade cada vez mais midiaticizada, a influência dos meios de comunicação sobre os modos dos indivíduos serem e de estarem no mundo é difícil de ser contestada. Diante desse quadro, acredita-se na importância de investir na formação de sujeitos conscientes das inúmeras faces que envolvem o jogo político e econômico da comunicação, aptos a refletir criticamente sobre os conteúdos que lhes são apresentados.

E, por que não, aptos para serem agentes na mídia, como produtores de conteúdo? Encarando a comunicação como um direito humano fundamental e, portanto, imprescindível à cidadania, nota-se também a necessidade de estimular a produção de conteúdos midiáticos por parte de toda a sociedade, como forma de ampliar o diálogo e proporcionar diferentes visões acerca de determinados fatos. Para tanto, percebe-se a Educomunicação como uma alternativa viável para o alcance de uma sociedade mais democrática.

Este artigo é a ponta de uma discussão que tem sido travada há décadas e que em outros países já está bem avançada – em decorrência de motivos históricos e culturais. Acontece que o Brasil, assim como outros países da América Latina, possui um cenário



mediático que restringe a diversidade, o que aponta para a necessidade de um trabalho que envolva mídia e cidadania.

Ademais, a introdução dessa discussão nas escolas deve estar pautada em todos os espaços, assim como acontece em nosso dia a dia. Dito isso, percebe-se que a estruturação de um projeto dessa magnitude necessita de grande interdisciplinaridade e esforço coletivo dos mais diversos agentes da sociedade civil. Se a necessidade dessa discussão pode parecer óbvia para alguns, assim como tantas outras, continua restrita a nichos em decorrência, justamente, desses jogos de poder aos quais os estudantes precisam ser apresentados para terem uma compreensão mais precisa do mundo. A concretização de algumas atividades educacionais nos últimos anos apontam para certo caminhar, mas que precisa avançar, e (por que não?) encontrar brechas para se converter em políticas públicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. **Mídia Educação: conceitos, história e perspectivas**. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302009000400008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302009000400008&script=sci_arttext)> Acesso em: 02 set. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FÍGARO, Roseli. **Estudos de recepção para a crítica da comunicação**. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA; Maria Cristina Castilho (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 91-104.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. **Audiencias, Televisión y Educación: una desconstrucción pedagógica de la televidencia y sus mediaciones**. Revista Ibero-Americana de Educação/Educación; número 27. 2001. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie27a07.PDF>>; Acesso em: 25 nov. 2013.

GÓMEZ, José Ignacio Aguaded. **La Educación para La Comunicación: La enseñanza de los medios en El contexto iberoamericano**. Universidad de Huelva. 1994. Disponível em: <<http://www.grupocomunicar.com/contenidos/pdf/educacion-y-medios-de-comunicacion/05-aguaded.pdf>> Acesso em: 01 de fev. 2014.

GUARESCHI, Pedrinho A; BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. Porto Alegre: P.G/O.B, 2005.

JACQUINOT, Geneviève. **O QUE É UM EDUCOMUNICADOR? O papel da comunicação na formação dos Professores**. I Congresso Internacional de Comunicação e Educação São Paulo. 1998. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arg/textos/11.pdf>> Acesso em: 01 fev. 13.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação e Educação**, Caminhos Cruzados. Intercom, São Paulo. 1986.



LIMA, Vinicius A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisas de recepção e Educação para os Meios**. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA; Maria Cristina Castilho (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

MEYROWITZ, Joshua. **As múltiplas alfabetizações midiáticas**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n°15. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/viewFile/287/219>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

MESSIAS, Cláudio. **O espaço da Educomunicação nas Ciências da Comunicação: um conceito a partir de práticas, reflexões e olhares**. Recife, Pernambuco: Intercom, 2011. Disponível em: <<http://www.educacionmediatica.es/comunicaciones/Eje%204/C1%C3%A1udio%20Messias.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

PENTEADO, Heloíza Dupas. **Televisão e escola: conflito ou cooperação?** São Paulo: Cortez, 1991.

PINTO, Manuel. et al. **Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos**. Portugal: ERC, 2011.

SCHAUN, Angela. **EDUCOMUNICAÇÃO: Algumas Questões Sobre CIDADANIA, RACISMO E MÍDIA Ou (A Inclusão Da Diferença: Negro De Corpo E Alma)**. 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105788233683132126938752997669629006270.pdf>> Acesso em 01 fev. 2014.

SIQUEIRA, Alexandra Bujokas de. **Educação para mídia como política pública: experiência inglesa e proposta brasileira**. 2007. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/01ART04%20Alexandra.pdf>>. Acesso em 01 fev. 2014.

SIQUEIRA, Alessandra Bujokas; CANELA, Guilherme. **Os porquês de uma política nacional de mídia-educação**. *Comunicação e Educação: Revista do curso de Gestão da Comunicação do departamento de Comunicação e Artes da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo*. Ano 17, n.2 (jul/dez. 2012). São Paulo: CCA/ECA/USP: Paulinas, 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

TERRERO, José Martinez de Toda y, SJ. **Avaliação de metodologias na educação para os meios**. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA; Maria Cristina Castilho (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 135-157.